



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**

UFSC NA MÍDIA - CLIPPING



Agcom
Agência de
Comunicação
da UFSC

18 de julho de 2016

Diário Catarinense
Rafael Martini
"Resistência"

Resistência / Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades / UFSC / Dia da Mulher Negra, Latino Americana e Caribenha / 25 de Julho

RESISTÊNCIA

Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades da UFSC promove na próxima quinta-feira, a partir das 10h, evento alusivo ao Dia Internacional da Mulher Negra, Latino-Americana e Caribenha. A data, comemorada em 25 de julho, é marco internacional da luta e resistência da mulher negra contra a opressão de gênero, o racismo, exploração de classe.

Notícias do Dia **Capa**

"Ipuf apresenta as diretrizes hoje na UFSC"

Ipuf apresenta as diretrizes hoje na UFSC / Instituto de Planejamento Urbano / Florianópolis

Plano Diretor

Ipuf apresenta as diretrizes hoje na UFSC

Instituto de Planejamento Urbano realizará audiência geral para mostrar as propostas de mudanças discutidas nos 13 distritos de Florianópolis nos últimos dois meses.

Página 13

Notícias do Dia Geral

“Audiência debate ideias”

Audiência debate ideias / Plano Diretor / Florianópolis / IpuF / Instituto de Planejamento Urbano / UFSC / Universidade Federal de Santa Catarina /
Vanessa Pereira / MPF / Ministério Público Federal

PLANO DIRETOR

Audiência debate ideias

Após discutir o Plano Diretor em 13 distritos de Florianópolis nos últimos dois meses, o IpuF (Instituto de Planejamento Urbano) apresenta na noite de hoje, às 19h, as diretrizes gerais que nortearão o Plano Diretor que será entregue à Câmara de Vereadores. A audiência geral será no auditório Garapuvu, na UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), e o Notícias do Dia acompanhará todas as informações em tempo real pelo Twitter com a hashtag #ND_PlanoDiretor.

Nesta audiência, a superintendente do IpuF, Vanessa Pereira, deve apresentar as principais diretrizes e mudanças do plano de 2016 em relação ao que foi enviado ao legislativo em 2013. Aqueles que não conseguiram comparecer às audiências distritais e quiserem sugerir novas propostas ainda terão a oportunidade de encaminhar sugestões nesta audiência geral.

Em agosto, mais duas audiências distritais deverão acontecer nos dias 1º e 4, conforme recomendação do MPF (Ministério Público Federal). As datas foram definidas na última semana pelo Núcleo Gestor para os distritos-sede Ilha e Sede Continente. Após as audiências distritais, outras duas audiências finais vão concluir os trabalhos por parte da prefeitura. A audiência final etapa 1 está marcada para 12 de setembro e a etapa 2, que apresentará o texto final do plano, será em 27 de outubro. A expectativa da prefeitura é encaminhar o projeto de lei ao executivo nas próximas semanas após a última audiência. Em 2013, a prefeitura encaminhou o Plano Diretor à Câmara de Vereadores em 18 de outubro.

PROGRAME-SE

Audiência pública geral

- Quando: hoje, às 19h
- Onde: auditório Garapuvu, UFSC

Próximas audiências

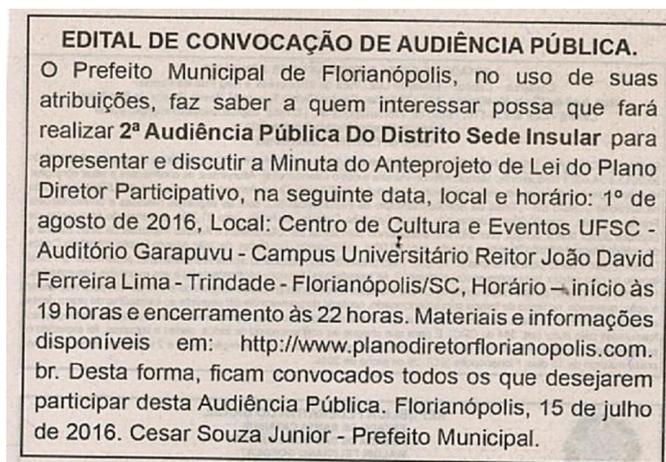
(ainda sem local definido)

Audiência distrital Sede Ilha: 1º de agosto
Audiência distrital Sede Continente: 4 de agosto
Audiência final etapa 1: 12 de setembro
Audiência final etapa 2: 27 de outubro

Notícias do Dia
Publicação Legal

“Edital de convocação de audiência pública”

Edital de convocação de audiência pública / Prefeitura Municipal de Florianópolis / 2ª Audiência Pública do Distrito Sede Insular / Plano Diretor Participativo / Centro de Cultura e Eventos / UFSC / Cesar Souza Júnior



Notícias do Dia
Publicação Legal

“Edital de cancelamento de convocação de audiência pública”

Edital de cancelamento de convocação de audiência pública / Prefeitura Municipal de Florianópolis / Audiência Pública Final – Etapa 1 / Plano Diretor Participativo / Centro de Cultura e Eventos / UFSC / Cesar Souza Júnior



Plano enxuto e participativo / Vanessa Pereira / Curso de Arquitetura e Urbanismo / UFSC / Universidade Federal de Santa Catarina / Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade / IpuF / Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis / Câmara de Vereadores / Marcelo Krás Borges / Ministério Público Federal / Plano Diretor / Floram

NOTÍCIAS DO DIA 17
FLORIANÓPOLIS, SEGUNDA-FEIRA, 18 DE JULHO DE 2016

ENTREVISTA

Vanessa Pereira,
Arquiteta e superintendente do IpuF

Plano enxuto e participativo

Futuro. Prefeitura chega à reta final da discussão com as comunidades

FELIPE ALVES
redacao@noticiasodia.com.br
@end_online

Um Plano Diretor com menos subjetividades, mais enxuto e com alterações feitas com a efetiva participação da comunidade. Esta é a proposta que a superintendente do IpuF (Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis), a arquiteta Vanessa Pereira, pretende entregar à Câmara de Vereadores em outubro. Desde o início deste ano, a equipe do IpuF dedica grande parte do seu tempo à revisão técnica do plano. Aprovado no início de 2014 com mais de 300 emendas propostas pela Câmara de Vereadores, a lei vigente criou impasses jurídicos que levaram o juiz federal Marcelo Krás Borges a determinar a retomada da discussão, com base no projeto de 2013, enviado pela prefeitura ao Legislativo. Com a reativação do Núcleo Gestor e após a realização de oficinas, reuniões e de 13 audiências distritais, a discussão chega à reta final por parte da prefeitura. Das audiências com as comunidades, surgiram 848 propostas e outras ainda podem surgir nas próximas etapas do processo, que deve ser finalizado em outubro.

O Ministério Público Federal fez uma série de recomendações ao IpuF sobre o processo de rediscussão do Plano Diretor. Quais pontos estão sendo feitos pelo IpuF e quais a prefeitura entende que já concluiu?

Sobre a qualidade dos materiais, que nos foi questionada, a gente já estava trabalhando nos mapas desde que o processo recomeçou, em 2016. O que se solicitou formalmente que fosse divulgado, que era o estudo da SMDU para o plano, foi divulgado no site (do Plano Diretor). Sobre os dados de capacidade de suporte do município, existem os relatórios técnicos. Tem um engenheiro do IpuF que está tentando traduzir esses relatórios da Casan, da Celesc e da Comcap em dados mais concretos. Sobre a divulgação, a gente já combinou que os distritos que se sentiram prejudicados, principalmente o Distrito Sede, nos apresentem o que seria uma divulgação ideal para ver o que podemos cumprir. Para essa audiência geral (de amanhã) algumas coisas a gente tentou melhorar, como mais faixas nos terminais e panfletagem. Sobre novas audiências, já decidimos quais serão feitas e, agora, falta finalizar o cronograma.

Até agora, nas 13 audiências distritais realizadas, o IpuF recebeu 848 propostas das comunidades, que estão sob análise técnica do IpuF. O que tem sido possível incorporar ao projeto de lei? As contribuições das comunidades vão fazer parte, efetivamente, do projeto?

Expectativa. Vanessa Pereira, superintendente do IpuF, ressalta que cidade está cansada de esperar



MARCO SANTILHÃO

Sim. Todas as propostas já estão analisadas, mas nem todas estão respondidas. Algumas ainda estão em encaminhamento, que dependem, por exemplo, da Floram. Na audiência do dia 18 de julho, vamos apresentar quanto por cento foi alteração de zoneamento, mobilidade e de áreas de preservação para as pessoas terem ideia do montante de propostas. Destacamos algumas coisas que vieram das audiências distritais e que estamos discutindo ainda, como a retirada de condição não edificante dos terrenos de marinha. Vamos retirar isso. Estamos fazendo a revisão do conceito e de critérios das AUEs (Área de Urbanização Especial), que foi muito discutida em Santo Antônio de Lisboa. Tem a questão de prever incentivos para a manutenção de Áreas de Preservação Permanente e Proteção Limitada. A questão de unificar os sobrezonamentos de restrição ambiental e de revisar os critérios para a aplicação da outorga onerosa, de incentivo de áreas rurais e a revisão das Áreas de Conflito Ambiental e Urbano. Há também a previsão de gatilhos para construção civil diretamente relacionados à capacidade de suporte do município. Nos mapas, a Floram está fazendo uma revisão de demarcação de APP, APL e das Unidades de Conservação. Mais de 300 das 800 manifestações foram encaminhadas para a Floram por que decorrem de demarcação de APP e APL. Boa parte das questões nós conseguimos atender com esses critérios. Por isso as audiências foram positivas. Elas fizeram a gente repensar uma série de critérios.

Após novas análises do IpuF, audiências e contribuições de outras entidades, chegará à Câmara de Vereadores um novo projeto. Quais serão as principais diferenças do projeto de

2013 para o deste ano?

A gente pretende ter um plano um pouco mais enxuto, não tão extenso. Pretendemos ter critérios mais claros, tentar reduzir ao máximo a subjetividade da lei e, principalmente, se preocupar com a questão da capacidade de suporte do município.

Em 2013 tivemos um projeto enviado pela prefeitura à Câmara de Vereadores, que foi descaracterizado com a aprovação de várias emendas. Isso, inclusive, levou o juiz Marcelo Krás Borges a determinar a retomada da discussão do Plano Diretor. Os vereadores têm autonomia para legislar e aprovar novas emendas, mas há alguma tratativa da prefeitura com o legislativo para que o plano não sofra tantas alterações e não volte a ser judicializado?

Existem algumas estratégias. A primeira é encaminhar, junto com o Projeto de Lei, um relatório de demandas que surgiram das audiências, se elas foram acatadas ou não e por quê. Se uma determinada solicitação foi feita para o IpuF e ele não acatou por que não era possível tecnicamente ou juridicamente, os vereadores já saberão previamente qual será a posição da prefeitura. A gente entende que isso vai dar ferramentas para os vereadores terem respostas mais rápidas para quem os procurar. Outra medida é que, quando a prefeitura encaminhar o documento à Câmara, o Núcleo Gestor irá solicitar uma reunião com o presidente da Câmara para explicar todo o processo. Isso vai dar mais transparência. As alterações vão acontecer, mas pretendemos que não sejam tanto nas questões pequenas do plano. O ideal seria também que após as alterações, o plano fosse novamente encaminhado ao executivo para fazer a análise.

“As atividades de rotina estão atrasadas. Mais de 70% do tempo da equipe técnica do IpuF são gastos com o Plano Diretor. A gente está com uma fila gigante.”

Vanessa Pereira é graduada em arquitetura e urbanismo pela UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) com mestrado em urbanismo, história e arquitetura da cidade pela UFSC.

É a atual superintendente do IpuF (Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis) e já atuou como chefe da divisão técnica do Iphan/SC, e chefe do escritório técnico do Iphan em São Francisco do Sul nas áreas de projeto e fiscalização. Atua como arquiteta e urbanista na empresa Oeca Projeto e Incorporação.

Foi professora de urbanismo, patrimônio histórico e restauração na UFSC e Faculdades Barddal.

Enfoque Popular - Pelo Estado "Por um terroir catarinense de altitude"

Por um terroir catarinense de altitude / Vinhos / Santa Catarina / Guilherme Grando / Acari Amorim / Certificação de origem / Curso de Agronomia / UFSC

Por um terroir catarinense de altitude

Nesta primeira parte da reportagem especial que a Coluna Pelo Estado faz sobre os vinhos finos de altitude de Santa Catarina, o atual e o ex-presidente da entidade que reúne os produtores da Serra e do Vale do Contestado, Guilherme Grando e Acari Amorim, respectivamente, falam sobre os projetos da Acavitis para a certificação de origem e sobre a questão tributária que dificulta a competitividade dos produtos da região

O estabelecimento de um terroir catarinense, uma denominação geográfica com a consequente certificação de origem dos vinhos de altitude do estado. A Associação Catarinense dos Produtores de Vinhos Finos de Altitude, entidade que reúne os fabricantes de vinhos que vêm conquistando o gosto e o paladar dos brasileiros, tem como foco esse objetivo. A estratégia foi traçada nos últimos três anos pelo ex-presidente da Acavitis, o jornalista e empresário Acari Amorim, e agora está sendo tocada pelo novo produtor à frente do cargo, Guilherme Grando, empossado no último dia 10 de junho.

A história recente dessa "nova fronteira" vinícola foi contada no ano passado em reportagem de Cesar Valente para a Revista da Fapeu, edição número 8, da Universidade Federal de Santa Catarina, dedicada à vitivinicultura de altitude (reportagem disponível no link http://www.fapeu.com.br/download/revista_fapeuvi_2015.pdf). Desde os anos 1980, quando o então recém-formado agrônomo pela UFSC, Aparecido Lima da Silva, iniciou com outros três colegas pesquisas dedicadas à uva e ao vinho na unidade de Videira da antiga Emfase - Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária). Passando por uma outra investigação da atual Epagri - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural, feita nos anos 1990 por Hugo Braga e Hamilton Vieira, pesquisadores do grupo de agrometrológica da mesma unidade de Videira, que comprovou que, ao contrário do que se imaginava, as condições climáticas da altitude catarinense, acima de 1.000 m do nível do mar, eram muito propícias às uvas.

Até a realidade atual, onde ao lado efus em parceria com centenas de pequenos produtores espalhados por municípios da Serra e do Vale do Contestado como São Joaquim, Urubici, Urupema, Bom Jardim da Serra, Campo Belo do Sul, Monte Carlo, Iomerê, Pinheiro Preto, Videira, Tangará, Água Doce, Campos Novos e Treze Tilias, 35 vinícolas fundadas por empreendedores e empresários produziram, no ano passado, mais de 1,5 milhão de

garrafas, de 180 rótulos diferentes, dando emprego direto e indireto a mais de 2 mil pessoas.

"A altitude é a nossa palavra-chave, o que nos faz ser diferentes. Ninguém planta uva, ninguém produz vinhos com a altitude que nós temos. Além do solo do Planalto Serrano e do Meio-Oeste, muito fértil, temos na época do plantio um calor durante o dia e o clima frio de altitude à noite, o que retarda a maturação das nossas uvas. Por isso fazemos a colheita depois, em março. E este ano fizemos a nossa 3ª Festa da Vendimia. Essa variação de temperatura e esse maior tempo da uva na planta proporcionam um grau de açúcar mais elevado e um grau de cor mais acentuado às frutas, deixando o nosso vinho mais encorpado, com uma cor mais viva e mais aroma", conta Acari Amorim, sócio-proprietário da pioneira Quinta da Neve, fundada em 1999, em São Joaquim.

"Nós queremos fazer com que o Brasil entenda e reconheça o que é o vinho catarinense de altitude. Fortalecer essa marca, uma característica de todas as vinícolas que fazem um vinho com uma estrutura completa, uma variação de sabores e aromas que só um açúcar natural e um álcool natural, proporcionados pelo clima e pela geografia única no país, podem oferecer", afirma Guilherme Grando, diretor comercial da Villaggio Grando, fundada por seu pai, o empresário do setor madeireiro Maurício Carlos Grando, no distrito de Hercilópolis, em Água Doce.

Tributação

Outra frente de atuação da Acavitis tem sido a luta por uma revisão da classificação do vinho como bebida alcoólica pela de alimento, o que reduziria significativamente a sua tributação, como acontece nos grandes países produtores da União Europeia, nos Estados Unidos e no Chile. "Hoje, a tributação sobre o vinho, em alguns estados brasileiros, como o Rio de Janeiro, por exemplo, chega a quase 60%. Na média, no Brasil, 56% da garrafa é imposto; com mais 5% de frete e mais 10% de comissão do vendedor, restam menos de 30% do preço para cobrir os custos

fixos de produção. A margem que sobra é muito pequena. Isso faz com que o nosso vinho perca competitividade com o produto importado. O nosso problema não é a qualidade, mas a tributação que encarece o nosso vinho", diz Guilherme.

Segundo o novo presidente da Acavitis, com a redução do imposto, a cadeia produtiva da indústria do vinho poderia aumentar como um todo. Desse modo, os gastos com investimento em tecnologia e, também, com a importação de insumos, como as rolhas que vêm de Portugal, e as garrafas trazidas principalmente da Itália, França, Espanha e Chile, poderiam ser utilizados no desenvolvimento e na melhoria da competitividade e qualidade das indústrias nacionais que fabricam esse tipo de produtos. "Mas mesmo com essa margem de lucro espremeida, conseguimos crescer uma média de 20% nos últimos anos", diz Grando.

Para o ex-presidente da associação, Acari Amorim, as perspectivas para o futuro próximo são muito boas: "Conseguimos o enquadramento das vinícolas com faturamento de até R\$ 11 milhões no Simples Nacional. Só isso vai fazer com que o imposto caia de quase 60% para 12%, que é o que se paga de tributação nos grandes países produtores. No Chile, é até menos, 8%. Só essa medida, que passa a vigorar em 2018, já vai viabilizar os pequenos produtores. Nossa luta agora é para aumentar esse teto



Guilherme Grando



Acari Amorim

do Simples", afirma Acari, que se entusiasma ao falar do vinho como um novo ciclo econômico para a Serra e no Vale do Contestado, maior do que os passados ciclos da madeira e da maçã.

Investimentos

Investir na produção de vinhos de altitude vem se revelando um bom caminho para empreendedores com visão de futuro ou mesmo experientes empresários que, realizados profissionalmente, decidem ampliar seus negócios em uma atividade que também lhes seja prazerosa. O falecido Dilor Freitas, da Cecrisa, foi um dos primeiros a montar a sua vinícola, a Villa Francioni, em São Joaquim. Porém, ele morreu poucas semanas antes de ver seu sonho, hoje tocado pelos herdeiros, concluído. Junto com ele, investiram na atividade empresários como Wandré Wege, da Malwee, com a Vinícola

Pericó; Maurício Grando, da Madepinus, com a Villaggio Grando; o médico oftalmologista Ernani Abreu Garcia, da Vinícola Abreu Garcia, entre outros. O mais recente a aderir ao clube é Vicente Donini, da Marisol, que no ano passado adquiriu a Vinícola Valto, também em São Joaquim.

E uma das apostas desses investidores é estimular o enoturismo no Planalto Serrano e no Meio-Oeste catarinense, com complexos para hospedagem, visitação e degustação aos clientes. Essa prática também é uma maneira de cativar um potencial mercado consumidor e oferecer bons vinhos de altitude a preços mais atrativos aos visitantes, uma vez que se eliminam os custos com frete. "Investir em vinho não é algo que dê resultado de um dia para o outro. É um negócio de longo prazo, tem que esperar cinco anos para a primeira colheita. Mas vale a pena", afirma Acari Amorim.



Instalação da vinícola Abreu Garcia no município de Campo Belo do Sul, localizada numa altitude média de 1.017 metros

Por Dorva Rezende/Interino
redacao@peloestado.com.br

Notícias veiculadas em meios impressos, convertidas para o formato digital, com informações e opiniões de responsabilidade dos veículos.

CLIPPING DIGITAL

[Núcleo de Estudos da Terceira Idade da UFSC abre inscrições para o segundo semestre](#)

[Fórum 21-Floripa, uma voz das organizações sociais e políticas](#)

[O clima de pré-núpcias pela corrida à prefeitura de Florianópolis](#)

[Divulgação dos selecionados para o curso gratuito do Pró Universidade sai nesta segunda-feira \(18\)](#)

[Dissolução societária e penhora de quotas no CPC de 2015 \(parte 3\)](#)

[JEA é realizado nos 70 anos da Escola de Educação Básica Abílio Cesar Borges](#)

[Plano Diretor de Floripa tem Audiência Geral hoje](#)

[Veja concursos e seleções com inscrições abertas](#)

[IPUF promove hoje audiência pública para discussão do Plano Diretor da Capital](#)

[UFSC prepara evento alusivo ao Dia Internacional da Mulher Negra, Latino-Americana e Caribenha](#)

[Classificados para transferências e retornos na UFSC devem se matricular de 22 a 27 de julho](#)

[Riocampense carrega tocha Olímpica](#)

[UFSC sediará o XIII Encontro Nacional de Engenharia e Desenvolvimento Social \(ENEDS\)](#)

[Entidades, associações de moradores e IpuF discutem Plano Diretor de Florianópolis](#)